

Movimento Operário Católico: a inversão de escala de escala como possibilidade de análise.¹

Gustavo Zuquette Pereira²

Jogos de Escala: uma ferramenta de análise

Guy Bois em seu estudo sobre a transição do antigo sistema e a consolidação da cristandade chama atenção para a utilidade do jogo de escala levantando três pontos importantes dessa abordagem. O primeiro deles é que a observação em um nível micro permite que o trabalho tenha maior riqueza de detalhes, alegoricamente, seria como uma análise de um biólogo. O segundo ponto refere-se à inversão da perspectiva de análise ao partir do particular para o coletivo e por fim, esse procedimento “*funciona como uma barreira de proteção contra os riscos de uma esquematização teórica abusiva e a complexidade do real exige a modificação dos modelos interpretativos*”³.

A modificação dos modelos interpretativos traz, geralmente, uma nova generalização. Bernard Lepetit traz três noções distintas de *generalização*. A primeira se refere à passagem de um objeto singular para o conceito, a segunda diz respeito à operação indutiva pela qual estendemos a toda uma classe, ou coletivo, o que foi observado num número limitado de casos ou indivíduos. Por fim, o procedimento adotado em boa parte dos trabalhos sobre microhistória, a aproximação entre *generalização e analogia*. Com base na semelhança entre classes, estendemos o que foi reconhecido como verdadeiro para a outra. Generalizar é uma forma de representar que, sacrifica os detalhes e diminui o número de variações.

O jogo de escala destoa do projeto Annales que procura estabelecer, de acordo com ponto de vista que lhe é particular, os princípios gerais do funcionamento social, além de criar recortes tradicionais como o artístico, econômico, político, etc., e remover as barreiras intelectuais entre os saberes. Nesta perspectiva, a totalidade social no campo das ciências humanas constituía o objetivo último da pesquisa. Através de um processo

¹ A apresentação deste trabalho não seria possível sem o amparo do fomento financeiro do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia PPHIS – UFU.

² Mestrando em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia.

³ LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na História. In: REVEL, Jacques. (org) **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p 78.

analítico cartesiano, quantificam-se as partes e a soma das mesmas supostamente culminaria no conhecimento do todo⁴.

Lepetit elege três justificativas epistemológicas para o jogo de escala na (re) construção de um contexto: A primeira é que essa metodologia permite o acesso à experiência individual de uma forma que os estudos agregados não permitiriam; a segunda é que desta forma é possível trazer definições variáveis como o “excepcional normal” para enfrentar a generalização; a generalização é feita a partir de um quadro analítico de probabilidade e amostragem.

Os procedimentos interpretativos que possibilitaram à microhistória escapar do paradigma quantitativo foram encontrados, sobretudo, na antropologia anglo-saxã. Desta feita, percebemos uma acentuada crítica à noção de sistema de signos – difundida pelo antropólogo Clifford Geertz –, que rejeita a autonomia dos atores sociais e limitam os esquemas analíticos, isso invariante o contexto que confere sentido ao “texto”. Dentre as críticas ao funcionalismo, está o fato do mundo social não ser totalmente integrado e previsível e o comportamento humano não se tratar de uma obediência mecânica da estrutura. Outra questão é o tratamento homogêneo da *cultura*. Ora, não existe apenas uma cultura reinando na sociedade, ela não é compartilhada da mesma forma por todos, trata-se de algo heterogêneo.

Sobre a dinâmica dos jogos de escala, trata-se de uma história experimental, que os pontos de vista de observação (fontes, método, etc.) comandam o desenvolvimento da pesquisa. A microhistória se opõe ao geertzismo pela atenção prestada às capacidades interpretativas dos atores. A partir do modelo da antropologia social que se atenta menos aos recortes estruturais da sociedade e mais aos processos de interação. Valoriza-se os atores. O jogo social é feito por sujeitos que estão em posições sociais distintas que mesmo em situações similares podem ter resultados diferentes conforme a estratégia de “*maximizar ganhos*” adotada. Mapear essas estratégias corresponderia a reconstrução do contexto.

Os estudos do antropólogo norueguês Frederik Barth pautados numa matriz weberiana que valoriza a *Ação Social*⁵ dos indivíduos e critica a análise funcionalista de

⁴ Idem. p 89.

⁵ De acordo com o Sociólogo Alemão Max Weber o indivíduo age levando em consideração a reação do outro. Ele as qualifica como racionais, tradicionais, afetivas ou relacionadas a valores.

cunho durkheimiana onde os desvios sociais são considerados anormais, forneceram um modelo para a análise microhistórica.

A microhistória toma-lhe de empréstimo o modelo de um indivíduo ativo e racional, que por seu lado opera escolhas num universo caracterizado por incertezas e obrigações que dependem particularmente da distribuição desigual das capacidades de individuais de acesso à informação⁶.

A sociedade se apresenta então como um sistema de normas fraturadas e permeada por incoerências e conflitos. Tudo está imperfeitamente integrado, o comportamento social não é uma aceitação cega das normas sociais, pelo contrário, as estratégias sociais são elaboradas na expectativa de reação do outro.

Nesse sentido, a variação de escala se situa primeiramente do lado do objeto. O jogo de escala tem por função identificar os sistemas de contextos dos quais se inscrevem os jogos sociais. O conjunto de contextos dá um nível de generalização, ou seja, constrói-se o macro a partir do micro⁷.

A escala é o que orienta a pesquisa, ela estabelece uma homologia entre a realidade e sua imagem e, em cada uma dessas duas esferas, há uma relação de proporção entre as partes. A dificuldade de lidar com a escala provém dessa dualidade, pois a mudança de escala muda também a óptica e o nível de informação. Tomemos a cartografia como exemplo, num mesmo mapa é possível ocultar e revelar informações graças à escala adotada. Diferentes escalas dão sobre a realidade explicações diferentes. Cada escala é um modelo particular construído por um sistema de causas. A partir da forma parcial analisada constrói-se uma explicação.

Escolher uma consiste então em selecionar um nível de informação que seja pertinente com o nível de organização a ser estudado. Mas é necessário selecionar uma escala, pois sem essa escolha é impossível ter acesso ao real. Mais que uma similitude do real, a escala designa uma redução dele, “ela exprime uma intenção deliberada de visar a um projeto e indica o campo de referência no qual o objeto é pensado”. O objetivo da redução de escala não é apenas descritivo, e sim explicativo.

⁶ Indem. P 88. (Grifo nosso).

⁷ ROSENTAL, Paul André. “Construir o Macro pelo Micro: Frederik Barth e a “microhistória”. In: REVEL, Jacques. (org.) **Jogos de Escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

Em “*A Herança Imaterial*”, Giovanni Levi utilizou o jogo de escala para problematizar a realidade de uma comunidade no reino do Piemonte do século XVII. Aparentemente o personagem central da trama seria o padre exorcista Giovan Battista Chiesa, mas o estudo revelou outras questões.

A proposta da pesquisa era estudar um minúsculo fragmento do Piemonte no século XVII, tentando reconstruir as vicissitudes biográficas de cada lugarejo de Santena, a partir dos vestígios documentários deixados. Isso permitiu concluir que o equilíbrio social é formado por constantes conflitos e contradições e que nos intervalos de formação de um novo sistema normativo, grupos e pessoas agem de acordo com uma estratégia própria capaz de deixar marcas duradouras na realidade política do grupo, embora não seja suficiente para impedir as formas de dominação, conseguem condicioná-las e modificá-las. Portanto, há uma racionalidade específica do mundo camponês não se trata apenas da resistência às mudanças da nova sociedade em expansão, mas um processo de modificação social e natural motivado por estratégias adotadas.

Parece-nos que o caminho percorrido por Levi foi o de inserir a situação narrada em seu contexto local. A documentação utilizada era constituída de dados usuais que permitissem a uma construção de um personagem: registros paroquiais, atos de ofício, dados cadastrais e documentos administrativos. Levi constrói a partir de um indivíduo que herdou uma grande rede de relações um contexto de toda uma comunidade onde se pode perceber a interligação entre regras e comportamentos, entre estrutura social e a imagem impressa nas fontes escritas e entre a literalidade do documento e série documental.

A organização de seu estudo deu-se da seguinte maneira: o primeiro passo partiu do micro, caracterizando o personagem Giovan Battista Chiesa, um indivíduo excepcional normal que era melhor sucedido em suas práticas do que outros padres que desempenhavam o mesmo papel; no passo seguinte ampliou a escala com a descrição de três núcleos parentais (famílias Perrone, Cavagliato e Domenino) que permitiram entender as regularidades nos comportamentos coletivos desse grupo social, descrever a estrutura das estratégias familiares e elaborar um quadro da estratificação social. Um aspecto que chama-nos atenção é o trato que Levi dá a dinâmica de estabelecimento dos

preços de terra que contrariam a lei de oferta e demanda, mostrando que os dados quantitativos não eram suficientes para compreender aquela realidade, por esse motivo, o autor nos apresenta a dinâmica das relações de parentesco, tentando explicitar que as relações interpessoais interferiam diretamente no comércio de terras. Feito esse panorama Levi apresenta a figura de Giulio Cesare Chiesa, um pequeno líder local que teve sua estratégia bem sucedida a ponto de transferir esse “capital simbólico” para seu filho que por sua vez não conseguiu ser tão bem sucedido.

Essa redução de escala como paradigma epistemológico foi fundamental para a compreensão dessa realidade, certamente a observação em nível macro seria condizente com uma interpretação homogênea. Através da metodologia aplicada foi possível entender o processo pelo olhar dos indivíduos envolvidos, os valores coletivos e os atos que se repetiam. Observou-se também como se davam as mudanças, evidenciando que quando determinadas estratégias deixam de funcionar há um conflito e outras normas são criadas.

Reinhart Koselleck ressalta que a perspectiva ou o ponto de vista que o historiador se insere pode relativizar o julgamento, isto é, dão uma visão do fato, mas não engessa tal interpretação como o espelho do acontecimento. Na verdade, a mudança de escala pode render representações contraditórias sobre o passado, mas ainda assim, cada um destes pleiteia verossimilhança. Citando Chladenius, ele ressalta que esse efeito é causado pelo “ponto de vista a partir do qual se contempla a mesma coisa. (...) aqueles que contemplam algo a partir de diferentes pontos de vista devem necessariamente construir representações diferentes desse objeto”.⁸

Baseados neste arcabouço teórico, buscaremos agora analisar o núcleo do Círculo Operário de Uberlândia a partir de um jogo de escala partindo de um nível macro esboçando o que, de modo geral, é colocado pelos escritos historiográficos sobre o movimento, para depois construir uma representação utilizando uma escala micro.

Círculos Operários: o projeto da Igreja Católica para os trabalhadores brasileiros.

⁸ KOSELLECK, Reinhart, 1923 – 2006. Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos; tradução do original alemão Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC – Rio, 2006. p 169.

No século XIX os efeitos da Revolução Industrial geraram profundas transformações sociais devido às inovações tecnológicas e científicas que ocorreram no mundo do trabalho. O surgimento da Indústria, o fortalecimento dos Estados-Nação, a sistematização do método científico e a razão iluminista marcaram estas transformações. No entanto, este *progresso* não se dispôs a todos, sendo a desigualdade social uma das principais marcas do mundo moderno⁹.

No Brasil, a Igreja Católica que perdeu poder político e ideológico no mundo desde o século XVI com a Reforma Protestante e as revoluções sociais posteriores – esteve submetida ao Estado Imperial durante o século XIX por meio do regime do Padroado, que colocou a administração da Igreja a cargo do Imperador, suprimindo o poder de Roma. Com a Proclamação da República em 1889, a Igreja se desvincula do Estado e perde ainda mais poder a primazia dos valores positivistas e liberais se contrapondo a retrograda instituição eclesiástica.

A partir do momento que o Estado Brasileiro se torna laico, a Igreja Católica torna-se mais uma entre as diversas religiões do país. O desprezo pelo catolicismo se intensificou com a adesão de intelectuais brasileiros a correntes contrárias aos dogmas religiosos como o positivismo e o evolucionismo¹⁰.

Nas primeiras décadas do século XX observa-se uma convergência de forças que viriam, posteriormente, contribuir para a instauração da ditadura varguista – período em que o poder executivo se sobressai em detrimento dos outros – por meio de intenso combate aos efeitos da crise do liberalismo e ao perigo das ideologias de esquerda. Nota-se também a defesa de um estado corporativista, onde as elites seriam as responsáveis pela condução da nação e o estabelecimento de uma sociedade harmônica.

De acordo com Ricardo Silva¹¹, é possível diferenciar dois projetos autoritários no Brasil neste período, um de natureza tecnocrática encabeçado por políticos como Francisco Campos, Azevedo Amaral e Oliveira Viana, e outra de natureza espiritualista que contava com a figura integralista de Plínio Salgado.

⁹ HOBBSBAWN, Eric. J. **A Era dos Impérios 1875 – 1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹⁰ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo. Brasiliense. Brasília. CNPq. 1990, p 159 – 174.

¹¹ VIANNA, Oliveira. In: SILVA, Ricardo. **A Ideologia do Estado Autoritário no Brasil**, 2004, p. 189.

Os católicos e integralistas, de acordo com Silva, apelavam para uma reforma moral do homem e da sociedade, entendida em sentido metafísico e religioso: o autoritarismo dos pensadores espiritualistas buscava mobilizar as massas para que estas se constituíssem como verdadeira substância do Estado. Por outro lado, o autoritarismo dos tecnocratas manteve aversão à mobilização das massas, considerando-a como indicação de desordem e irracionalidade¹².

Na esteira desse processo, a Igreja Católica produziu um arcabouço teórico que contribuiu para fundamentar esse estado autoritário. Baseada nos pensadores contrarrevolucionários do século XIX, a Igreja difundiu as ideias de sua *Doutrina Social* que se contrapunham aos princípios inaugurados com a Revolução Francesa, defendendo a ordem e a boa relação entre os vários setores sociais.

Desde o fim do regime do Padroado e com a separação entre Igreja e Estado no início da República, novos modelos de organização católica foram pensados.

No período em que a *Rerum Novarum*¹³ foi publicada, o Estado brasileiro passava pela ruptura da Questão Religiosa¹⁴ em 1874, que culminou na instituição da República em 1889. Nesse momento Roma estava pronunciando-se por meio do Papa sobre questões relativas ao mundo moderno, sobretudo aos problemas do mundo do trabalho.

A defesa dos projetos da Igreja inclui objetos tão potencialmente contraditórios como o de encorajar um alto grau de atendimento, combater o comunismo, lutar em prol da justiça social e promover um relacionamento de proximidade com a elite¹⁵.

¹² RENGEL, Simone Aparecida. **Proletários de Todos os Países, Uni-vos em Cristo: Trabalhadores Católicos e o Círculo Operário de Florianópolis (1937-1945)**, Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História. UFSC, 2009. p. 30.

¹³ **Rerum Novarum** : sobre a condição dos operários, carta aberta do Papa Leão XIII publicada em 15 de maio de 1891 alertando para os efeitos nocivos da sociedade moderna, em especial, as condições dos trabalhadores no mundo pós revolução industrial, o socialismo e o liberalismo.

¹⁴ Em 1824 foi estabelecido o catolicismo como religião oficial do Império, portanto, ao contrário do Estado Laico que temos hoje, até a Proclamação da República em 1889 existia uma relação entre Igreja e Estado, onde o primeiro tinha hegemonia ideológica no país e o segundo, gozava do Padroado, prerrogativa que dava ao imperador a autoridade de eleger cargos eclesiásticos, e do Beneplácito, ou, autonomia para aderir ou não a ordens e bulas papais. Durante esse período era comum tratar as autoridades eclesiásticas como funcionários da coroa com direito a salário.

¹⁵ SANTOS, Jovelina Silva. **Círculos Operários no Ceará: “instruindo, educando, orientando, moralizando”** (1915 – 1963). Dissertação Mestrado em História Social. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2004. P.43.

A partir da década de 1920, percebe-se uma arrematamento das classes médias por parte da Igreja e um esforço de intelectuais a serviço do catolicismo conservador de cristianizar as instituições sociais combatendo inimigos como o comunismo e o laicismo¹⁶. Vários setores da sociedade foram mobilizados ampliando assim, a influência da Igreja.

(...) a Igreja da neocrisandade mobilizou centenas de milhares de pessoas e organizou movimentos leigos, particularmente entre a classe média urbana. A União Popular (Minas, 1909), a Liga Brasileira dos Senhores Católicos (1910), a Congregação Mariana (1924), os Círculos Operários, a Juventude Universitária Católica (1935), foram importantes movimentos criados durante esse período¹⁷.

Jovelina Silva Santos afirma que durante as três primeiras décadas do século XX a Igreja esteve mais próxima das classes dirigentes, por exemplo, pela manutenção dos padroeiros do Império, Nossa Senhora da Glória e São Pedro de Alcantra, santidades ligados à família real, pouco populares e pouco aceitos pelos católicos, principalmente os mais pobres. Este cenário começa a se modificar com a substituição dos padroeiros da nação por Nossa Senhora Aparecida – **uma santa negra** –, muito reverenciada pelas camadas populares que tinham diversas afinidades supersticiosas com essa figura. Outro acontecimento que reforçou a neocrisandade no Brasil foi a inauguração do Cristo Redentor no Corcovado, em 12 de outubro no estado do Rio de Janeiro. Isso reforçou a simbologia cristã na sociedade¹⁸.

Essa redefinição do projeto político-teológico da Igreja foi acompanhado pelo Estado buscando utilizar esse elemento religioso como recurso para intervir nos diferentes setores da sociedade. Para manter a ordem social, Igreja e Estado construíram uma aliança mútua. Esse projeto de intervenção se deu através de uma interação entre as classes altas e as instituições estatais. Percebe-se uma relação que não limitou as ações da Igreja no plano político nem subordinou uma esfera à outra.

¹⁶ VILLAÇA, Antonio Carlos. **O pensamento católico no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

¹⁷ MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil (1916 – 1985)**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. Apud. SANTOS. 2004. p. 45.

¹⁸ Ibidem. p.45.

Nesse momento, o Estado nacionalista ansioso por abarcar diferentes segmentos sociais, e a Igreja carecendo do apoio estatal para patrocinar e legalizar suas ações no campo social firmam um acordo de cooperação mútua¹⁹.

A interação com o Estado foi mais enfática a partir do governo de Getúlio Vargas. A industrialização e o estímulo à construção de uma sociedade homogênea, corporificada e disciplinada fez necessária a existência de um corpo nivelador na sociedade civil que orienta os cidadãos. Coube a Igreja Católica desempenhar tal papel²⁰.

Assim, caberia a Igreja Católica esclarecer a desigualdade natural entre os homens, subjugando-os a obediência de uma sociedade hierárquica e ressaltando valores como a família, a solidariedade e a propriedade privada e condenando os princípios destruidores da ordem: liberalismo e comunismo²¹. Enquanto a Ação Católica combatia o comunismo favorecendo as ações do governo, a Igreja ampliava sua base social e se fortalecia no combate ao ateísmo comunista e a crenças que destoam da tradição católica como o espiritismo, a maçonaria e o protestantismo²².

A Igreja colaborou atendendo os problemas dos proletários cobrindo lacunas deixadas pelo Estado, e estimulou à formação de um modelo de “trabalhador cidadão”, este projeto foi materializado com os Círculos Operários Católicos.

A partir desses postulados, sobre os Círculos Operários, o que consta nos escritos historiográficos sobre o tema é que o primeiro Círculo foi criado na cidade de Pelótas no Rio Grande do Sul pelo padre jesuíta italiano Leopoldo Brentano em 1932, criando, no mesmo ano, diversos núcleos em Porto Alegre, Rio Grande, Santa Maria e Caxias. Há divergências quanto a esse marco. Jovelina Silva Santos em seu trabalho sobre os Círculos Operários do Ceará coloca que esse tipo de organização iniciou-se nesse estado em 1915 com a criação do Círculo Operário de Trabalhadores Católicos,

¹⁹ Ibidem. p. 47.

²⁰ SOUZA, Rogério Luiz. **A construção de uma nova ordem**: catolicismo e ideal nacional em Santa Catarina (1930 – 1945). Florianópolis: Dissertação de Mestrado do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina, 1996.

²¹ FILHO, Fernando Antonio Pinheiro. “**A invenção da ordem: Intelectuais católicos no Brasil**”. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ts/v19n1/a03v19n1.pdf> Acesso em setembro de 2012.

²² SANTOS, Carla Xavier dos. **Nossa Senhora de Medianeira Rogai Por Nós**. A Relação do estado novo com a igreja católica através dos círculos operários no Rio Grande do Sul (1937-1945). Porto Alegre, 2008. p 53-54.

durante o Episcopado de D. Manuel Silva Gomes, primeiro arcebispo do Ceará²³. Álvaro Barreto coloca que os movimentos das cidades gaúchas citadas anteriormente foram os mais atuantes, mas não os únicos. Ele aponta referências de entidades operárias da Primeira República a partir dos anos 1910²⁴.

Empenhado em articular as instituições operárias de orientação católica do país, o padre Brentano correu o país criando Círculos e estabelecendo contatos entre essas entidades. Em 1935 organizou-se a Federação dos Círculos Operários do Rio Grande do Sul contando 21 municípios, tendo como deliberações a expansão do circulismo, e a cristianização dos sindicatos para combater o avanço da Aliança Nacional Libertadora²⁵.

O primeiro esforço de articulação em nível nacional foi feito em 1936 no Congresso Eucarístico realizado em Belo Horizonte que teve como deliberação a instalação de Círculos Operários nas cidades com maior concentração de trabalhadores do país. No ano seguinte ocorreu o Congresso Operário Católico no Rio de Janeiro, contando com o estabelecimento de uma diretriz de luta no âmbito nacional para expandir o circulismo e fazer frente ao comunismo. Dentre as determinações do Congresso estavam os seguintes pontos:

- As organizações operárias de orientação católica já existentes e os Círculos Operários a serem fundados adotarão os moldes de denominação, estatutos, métodos e símbolos oficializados pelo congresso, de modo que terão a mesma bandeira, distintivo, hino, etc.;
- Os Círculos Operários de cada estado unir-se-ão em federações estaduais, as quais filiar-se-ão à confederação;
- A C. N. O. C. e suas organizações serão aderentes à Ação Católica por intermédio do Secretariado Econômico Social da mesma A.C.;
- Ação intensa na esfera sindical, para que todos os sócios dos CC. OO. estejam sob o amparo das leis sociais e possam colaborar para a

²³ SANTOS, Jovelina Silva. **Círculos Operários no Ceará: “instruindo, educando, orientando, moralizando”** (1915 – 1963). Dissertação Mestrado em História Social. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2004.

²⁴ BARRETO, Álvaro. Uma avaliação da produção historiográfica sobre os Círculos Operários. In: **Anos 90**, Porto Alegre, nº7, julho de 1997, PP. 127 a 147.

²⁵ DIEHL, Astor Antonio. **Os Círculos operários: um projeto sócio-político da Igreja Católica no Rio Grande do Sul** (1932 – 1964). Dissertação de mestrado PUCRS, Porto Alegre, 1986.

prosperidade dos sindicatos e imprimir-lhes uma orientação construtora²⁶;

O governo de Getúlio Vargas propiciou uma conjuntura favorável para o fortalecimento do movimento circulista. Em 1933 o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio reconheceu os Círculos Operários como órgãos de utilidade pública e através do Decreto-lei nº 7.164, de maio de 1941 essas entidades passaram a ser órgãos consultivos do Ministério. Diferentemente dos sindicatos, os círculos tinham uma situação privilegiada, pois não tinham “dependência, direito ou outra relação jurídica com o Ministério”. Os sindicatos, porém, estavam submetidos às prerrogativas do Estado. Os Círculos era apaziguadores das tensões entre patrões e empregados, gozavam de benefícios ministeriais, mas não eram submissos ao mesmo.

(...) os CC.OO., desde o início, tem estado em contato com esse ministério, tanto com os próprios ministros como com os funcionários, por meio de uma colaboração de grande eficiência, promovendo a fundação e reconhecimento de sindicatos, prestigiando as leis sociais e a ação do Ministério, rebatendo os ataques feitos a ele pelos comunistas, conciliando divergências e criando um ambiente de mútua compreensão e harmonia entre operários e patrões, enfim, realizando a elevação cultural e espiritual do operariado, sem o que a melhoria econômica trazida pelas leis sociais, pouco aproveitaria ao trabalhador²⁷.

A contrapartida que os círculos operários propiciavam ao Estado pelo apoio político, jurídico e financeiro – como o reconhecimento dos núcleos como órgãos de utilidade pública, isenção de impostos e o recebimento de verbas públicas – era o combate ao “sindicalismo vermelho” e a educação dos trabalhadores para uma sociedade corporativa.

De 1932 a 1945 a expansão foi favorecida pela legislação trabalhista posta em prática durante o governo de Getúlio Vargas e pela ilegalidade das organizações de esquerda. O quadro abaixo extraído do trabalho de Diehl e demonstra que o número de círculos e de associados cresce vertiginosamente entre as décadas de 30 a 50. Com a

²⁶ Manual do Círculo Operário. CNOC. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1939. Apud. SANTOS, 2004, p. 50.

²⁷ MANUAL DO CÍRCULO OPERÁRIO – CNOC, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1939, p – 67. Apud. SOUSA, 2002, p. 47.

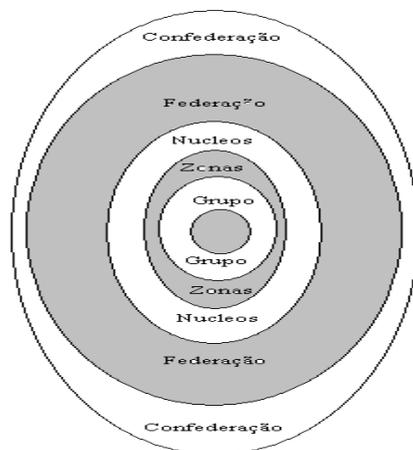
redemocratização, a relação dos CO com outras organizações trabalhistas tornou-se mais competitiva até a década de 60, quando iniciou-se a sua decadência (ver quadro comparativo²⁸).

Tabela I

| Ano | 1937 | 1942 | 1950 | Anos 60 |
|---------------------------|--------|---------|------------------|---------|
| Nº de Sindicatos Filiados | 34 | 142 | 275 | 415 |
| Associados | 31.000 | 150.000 | 300.000 | 450.000 |
| Federações filiadas | - | 4 | 11 ⁸⁸ | 17 |

Fonte: MANUAL DO CÍRCULO OPERÁRIO – CNOC, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1939, p – 67.

Os círculos são entidades municipais e de acordo com o tamanho da cidade, ela pode ter núcleos divididos por zonas, e finalmente, cada zona pode ser dividida em grupos, como orientam minuciosamente os manuais do *circulismo*. Do mesmo modo, o núcleos municipais estão congregados em federações no âmbito estadual e à uma confederação no âmbito nacional.



Reprodução do esquema organizacional do Círculo Operário.

²⁸ Os dados relativos ao quadro foram extraídos de SCHNEIDER, José Odelso. “O operariado brasileiro e os círculos operários”. In: Síntese política, econômica, social. Ano7, nº- 27, julho-set. 1965, p. 40-65., e dos jornais consultados, **Correio do Povo**, **O Trabalho**, **A Nação** e o informativo COPA em **Revista**. Os números apresentados estão sujeitos a revisão e não podem ser dados como exatos uma vez que existe discordância entre uma fonte e outra. In: DIEHL, Astor Antonio. **Os círculos operários...** op. cit.

A atuação do Ministério do Trabalho efetivou uma forma eficiente de controle dos trabalhadores. Com o lema “*instruindo, educando, orientando, moralizando*”, os Círculos Operários tornaram-se um importante instrumento da Ação Católica entre os trabalhadores brasileiros. O combate ao comunismo, o assistencialismo e a espiritualidade de seus seguidores contribuiu de forma efetiva para as transformações que ocorreram entre os operários no Brasil, sobretudo na primeira metade do século XX.

Círculo Operário de Uberlândia: uma perspectiva de análise à luz de pressupostos microhistóricos

O que foi dito até o momento diz respeito ao panorama historiográfico construído pelo tema. De modo geral, há dois eixos interpretativos sobre o Circulismo, o primeiro trata da relação Estado, Igreja e burguesia e os mecanismos utilizados por eles para manipular a massa de trabalhadores. Esta interpretação coloca os círculos no papel de manipuladores do movimento operário e de controladores da luta de classes, tendo em vista o projeto estatal de construir uma sociedade capitalista onde a desigualdade é um elemento – com componentes antiliberais e anticomunistas. Os estudos mais de maior destaque dessa vertente são os de Astor Antonio Diehl²⁹ e Damião Duque de Farias³⁰. Por outro lado, tomamos contato com os escritos de Jesse Janes³¹ que, enxerga o movimento como os uma experiência corporificada da forma católica hierárquica de intervenção junto ao mundo do trabalho e da relação da Igreja com o Estado.

As duas vertentes tratam de questões *generalizantes*, geralmente os Círculos são descritos da forma fiel que consta nos manuais da entidade, sem que houvesse incoerências entre a teoria e a prática. Há também estudos que fragilizam a importância do movimento caracterizando-o como essencialmente assistencialista e com pouco conteúdo e importância política.

²⁹ DIEHL, Astor Antônio. **Círculos Operários no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1990.

³⁰ FARIAS, Damião Duque de. **Em defesa da ordem**: aspectos da práxis conservadora católica no meio operário em São Paulo (1930-1945). São Paulo: Hucitec, 1998.

³¹ SOUZA, Jessie Jane Vieira de. **Círculos Operários: Círculos Operários: Igreja Católica e mundo do trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

A inquietação provocada pela leitura dos textos sobre microhistória nos instiga a inverter a escala de observação do movimento, não descartando o macro, mas tomando como ponto inicial as nuances do micro. Para isso, buscaremos reconstruir o cotidiano do núcleo circulista uberlandense através dos vestígios deixados pela entidade no município, procurando aspectos normativos e desviantes do movimento.

Buscaremos, portanto, reconstruir a partir das fontes (livros de matrícula, atas, documentos oficiais, correspondências, artigos de jornais, atos públicos, comemorações e atividades artísticas), compreender as estratégias utilizadas pelo núcleo e pelos indivíduos que o compunham. A periodicidade adotada inicialmente corresponde ao ano de fundação do Círculo na cidade (1942) até 1964 – pela oferta de fontes disponíveis sobre o período.

Essa inversão de escala permitir-nos-á compreender as relações entre os diversos sujeitos ligados ao Círculo, além das relações do movimento com a cidade e demais entidades. Desta forma, pretendemos mostrar que a realidade é mais complexa do que as análises realizadas até o momento e que há vicissitudes e peculiaridades no objeto de estudo escolhido, nos auxilia na compreensão do todo. Intentamos, com isso, colaborar com os estudos sobre o movimento operário católico.

Ancorados nas observações de Bernard Lepetit, consideramos essa perspectiva válida pelos seguintes aspectos: a fonte do passado não representa o fato tal como ele realmente aconteceu e as questões do presente sempre levar-nos-ão a construções e reconstruções sobre um mesmo objeto; todo modelo interpretativo da realidade não consegue contemplá-la integralmente; a escolha de uma escala modifica a conformação dos objetos e ressalta a complexidade do real; o processo de generalização não consiste em atingir a totalidade, seja por soma ou multiplicação; trata-se de um experimento empírico e as conclusões resultam de uma análise realizada numa escala particular não podem ser contrapostas às conclusões obtidas numa outra escala.

A observação do núcleo municipal do movimento na cidade de Uberlândia nos permitiu perceber nuances que fogem das interpretações generalizantes citadas anteriormente. Isso se comprova nos documentos das atividades rotineiras do núcleo revelando que o aparato ideológico estava em segundo plano, e os aspectos que realmente atraíam os trabalhadores eram essencialmente assistencialistas como o acesso

a cooperativas de consumo e crédito, descontos em farmácia, dentistas e médicos, e a oportunidade de dar educação aos filhos.

Nossa pesquisa aponta até o momento que a doutrinação ideológica dos circulistas era feita de forma muito mais sutil do que os elaborados manuais dos Círculos Operários. Além das reuniões e palestras com sacerdotes, havia eventos e festividades como peças de teatros, festa da família e comemorações de dias santos como o de São João Operário. A introjeção de elementos morais nessas ocasiões se mostrou muito eficiente no fomento do projeto eclesial da Igreja.

Com isso, finalizamos essa exposição ressaltando que essa forma de abordagem não anula o que foi feito sobre o tema, mas pode contribuir significativamente com novas questões e procedimentos de pesquisa.

Bibliografia

BARRETO, Álvaro. Uma avaliação da produção historiográfica sobre os Círculos Operários. In: **Anos 90**, Porto Alegre, n°7, julho de 1997.

DIEHL, Astor Antonio. **Os Círculos operários: um projeto sócio-político da Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1932 – 1964)**. Dissertação de mestrado PUCRS, Porto Alegre, 1986.

FARIAS, Damião Duque de. **Em defesa da ordem: aspectos da práxis conservadora católica no meio operário em São Paulo (1930-1945)**. São Paulo: Hucitec, 1998.

FILHO, Fernando Antonio Pinheiro. “**A invenção da ordem: Intelectuais católicos no Brasil**”. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ts/v19n1/a03v19n1.pdf> Acesso em setembro de 2012.

HOBBSBAWN, Eric. J. **A Era dos Impérios 1875 – 1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

KOSELLECK, Reinhart, 1923 – 2006. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**; tradução do original alemão Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC – Rio, 2006.

LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na História. In: REVEL, Jacques. (org) **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil** (1916 – 1985). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. Apud. SANTOS. 2004.

ROSENTAL, Paul André. “Construir o Macro pelo Micro: Frederik Barth e a “microhistória”. In: REVEL, Jacques. (org.) **Jogos de Escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

SANTOS, Jovelina Silva. **Círculos Operários no Ceará: “instruindo, educando, orientando, moralizando”** (1915 – 1963). Dissertação Mestrado em História Social. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2004.

SANTOS, Carla Xavier dos. **Nossa Senhora de Medianeira Rogai Por Nós**. A Relação do estado novo com a igreja católica através dos círculos operários no Rio Grande do Sul (1937-1945). Porto Alegre, 2008.

SANTOS, Jovelina Silva. **Círculos Operários no Ceará: “instruindo, educando, orientando, moralizando”** (1915 – 1963). Dissertação Mestrado em História Social. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2004.

SOUZA, Jessie Jane Vieira de. **Círculos Operários: Igreja Católica e mundo do trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

SOUZA, Rogério Luiz. **A construção de uma nova ordem: catolicismo e ideal nacional em Santa Catarina** (1930 – 1945). Florianópolis: Dissertação de Mestrado do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina, 1996.

VILLAÇA, Antonio Carlos. **O pensamento católico no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1975.